

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



RADAR Nº4 – DESEMPENHO ACADÊMICO, COTAS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DA UFS: O QUE OS DADOS MOSTRAM?

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ACADÊMICA





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

Reitor

Prof^a. Dr^a. Iara Maria Campelo

Vice-Reitora

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Planejamento

EQUIPE COPAC

Eduardo Keidin Sera

Divisão de Avaliação e Monitoramento Institucional - DIAVI

Andreza Cristina do Carmo Menezes

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica - COPAC

Foto da capa: Dayanne Carvalho/bolsista Ascom UFS

DESEMPENHO ACADÊMICO E PERFIL DA RENDA DOS ESTUDANTES DA UFS

1. Introdução

A Universidade Pública brasileira sempre teve lugar de destaque no debate nacional. Seu papel histórico no desenvolvimento científico, artístico, cultural e tecnológico do país é inquestionável. Sua contribuição para formação de capital humano de altíssimo nível pode ser medida pela geração e difusão de conhecimento. Nos últimos anos – de forma mais intensa - além de se constituir em uma importante referência como instrumento estratégico para reduzir o hiato educacional em termos inter e intrarregionais, interiorizou-se para espaços de menor dinamismo econômico, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Com efeito, a formulação e implantação das políticas de cotas e os programas de apoio estudantil passaram a integrar um conjunto de novos desafios em termos da sustentabilidade dos padrões de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária brasileira.

Certos argumentos, entretanto, colocam em dúvida a qualidade do processo recente de ampliação do ensino superior público, sobretudo quanto ao desempenho acadêmico dos alunos ingressantes por meio de cotas. O presente texto dedica-se a examinar a relação entre rendimento acadêmico e condições socioeconômicas dos alunos partir de três bases de dados: cadastro dos alunos da UFS, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNADc) e Cadastro Único do Governo Federal. Para tanto, são necessários alguns esclarecimentos sobre a base de dados e método adotado.

Os dados do registro acadêmicos são autodeclarados pelos alunos no ato da matrícula e, especialmente no caso da renda, podem ser atualizados no transcurso de sua vida acadêmica. Por se tratar de autodeclaração e da disposição do aluno em acessar o SIGAA e atualizar os dados, optou-se por considerar os alunos ingressantes entre 2010 e 2018, por se entender que tais informações estejam menos afetadas por erros de declaração¹.

Admitindo-se que a renda informada corresponde à renda percebida no mês/ano da matrícula, os valores foram corrigidos segundo INPC para dezembro 2018 (dez/2018=100). Essa opção pode produzir alguma superestimativa nos casos em que a renda tenha sido atualizada depois da matrícula, contudo, há de se supor que tal atualização não seja praticada por todos os alunos. Por outro lado, para o que se propõe este estudo, é preferível que haja superestimativa da renda familiar dos alunos que o inverso².

¹ Não se trata de um processo amostral, mas da análise do universo de alunos que ingressaram entre 2010 e 2018 e que possuíam status ativo, formando ou graduando em 25 de julho de 2019.

² Há ainda a ocorrência de não resposta, ou seja, renda não informada pelo aluno. Essa falta de informação pode provocar viés de resposta se for sistemático e afetar número substantivo dos respondentes. Da mesma forma, é possível haver algum grau de subdeclaração de renda, contudo não se pode comprovar que essa fragilidade seja suficientemente sistemática a ponto de produzir viés de baixa renda.

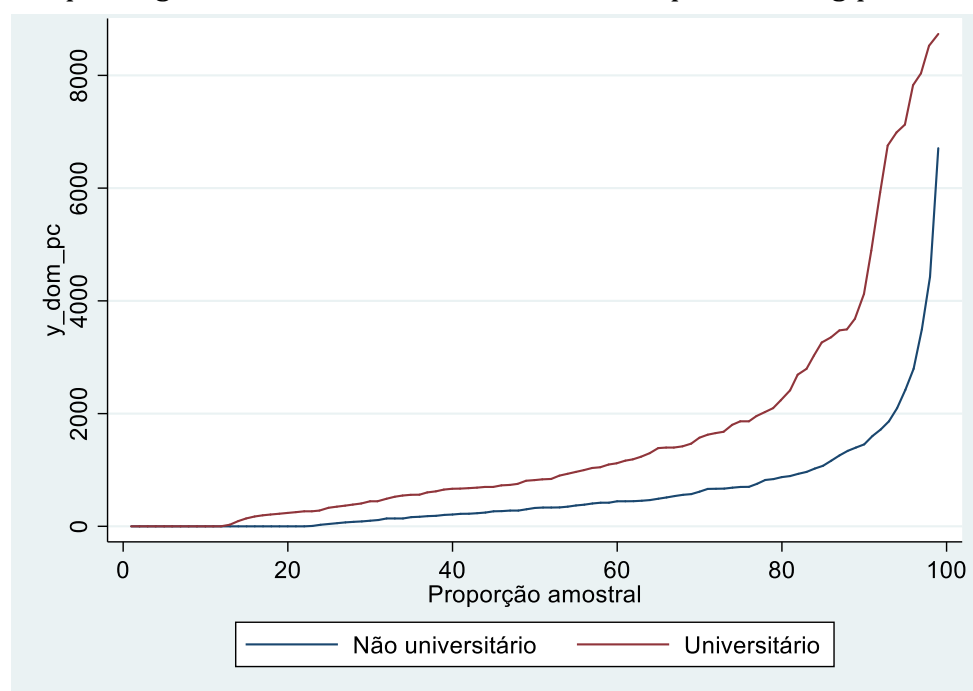
2. Diferencial de renda domiciliar dos alunos do ensino superior

Os dados do Censo da Ensino Superior 2017 (MEC) apontam a existência de 83.289 alunos matriculados no ensino superior em Sergipe, sendo 28.138 (33%) alunos no ensino público e 55.151 (67%) no setor privado³.

A primeira análise comparativa a seguir procura verificar se os alunos do ensino superior público e privado possuem renda elevada em relação à renda de toda a população sergipana. Em primeiro lugar, se a afirmativa é verdadeira, a distribuição de renda dos alunos será diferencialmente positiva quando comparada à distribuição de renda da população sergipana. Em segundo lugar, levando-se em consideração que existem alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas e, em se admitindo que os alunos da UFS possuem maior renda, então a distribuição de renda dos alunos/UFS deverá ser também diferencialmente positiva em relação aos alunos das demais universidades.

Em relação à primeira questão, a resposta é verdadeira. Ao se considerar a distribuição de renda da população particionada entre domicílios que possuem estudante universitário e os que não possuem, o gráfico 1 mostra que a renda dos domicílios com universitários supera (domina em primeira ordem) os domicílios sem universitários em todos os décimos de renda. Em síntese, a renda per capita média de um domicílio com estudante superior é R\$ 2.032,00, enquanto em um domicílio sem aluno universitário a renda per capita é de R\$ 1.128,00.

Gráfico 1 – Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2018

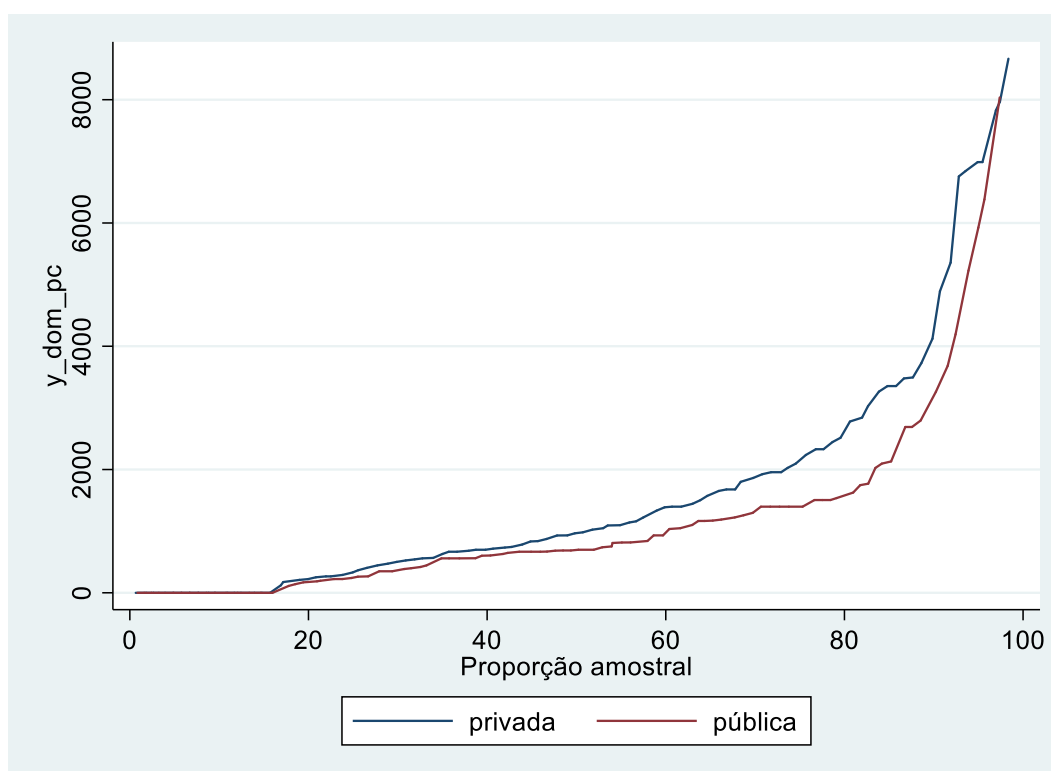


³ Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2018 (PNAD), cuja base de dados fundamenta parte deste texto, estimam 76.506 alunos do ensino superior, sendo 27.484 (36%) na rede pública e 49.022 (64%) na rede privada.

Quanto à segunda parte da questão, isto é, a comparação a renda dos alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas, o gráfico 2 revela que em todos os décimos a renda dos domicílios que possuem universitários na rede privada é superior (domina) comparativamente aos domicílios cujos alunos estão matriculados em instituições públicas. De forma objetiva, os dados mostram que a renda per capita dos domicílios com alunos privados é de R\$ 2.263,00, enquanto nos domicílios das instituições públicas é de R\$ 1.950,00.

Tais resultados, ainda que não indiquem relação de causa e efeito, corroboram a tendência de que melhores níveis de renda, e certamente melhores condições de vida, favorecem à entrada ao ensino superior público ou privado, conseqüentemente maiores níveis de instrução engendram rendas mais elevadas. No entanto, os dados indicam que as melhores rendas não figuram entre os domicílios com alunos matriculados no ensino superior público, mas nos domicílios que possuem estudantes no segmento privado.

Gráfico 2 – Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2018



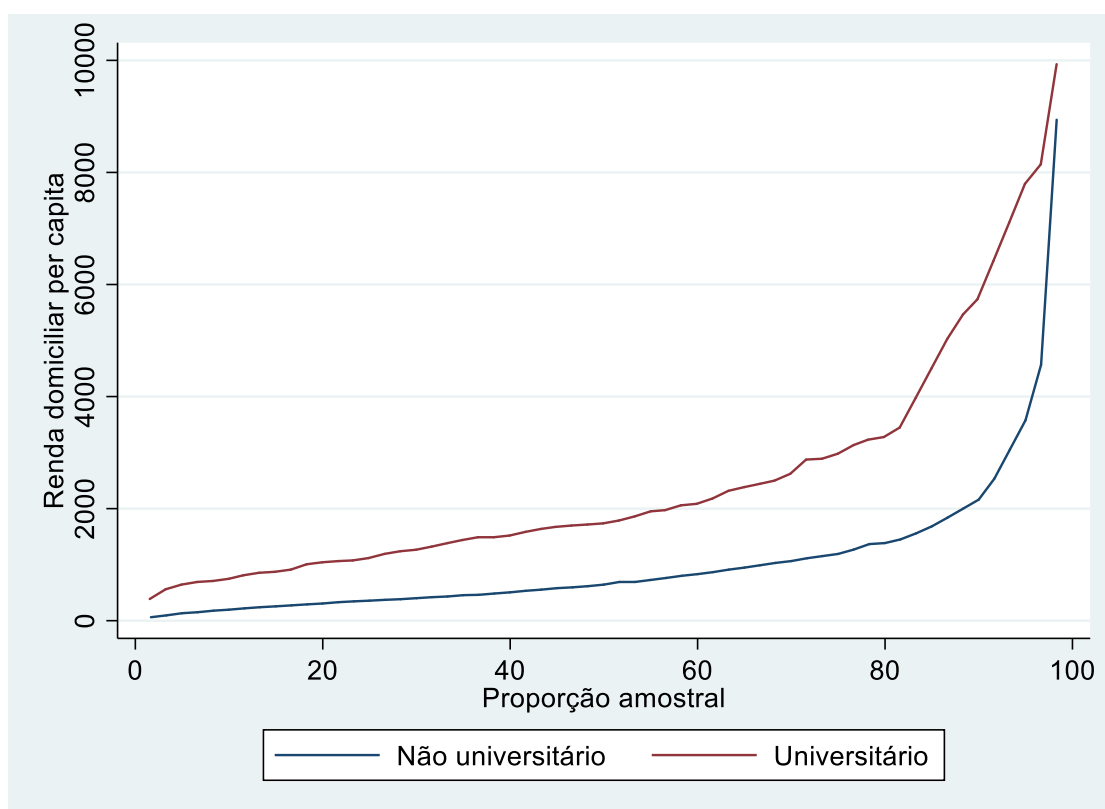
Os dados fornecidos pela PNAD 2018 mostram de forma inequívoca que a renda per capita domiciliar da população sergipana é baixa e insuficiente para arcar com despesas de educação privada em qualquer nível de ensino, e não apenas no ensino superior, razão pela qual é cada vez mais estratégica, para a superação do hiato

educacional, o fortalecimento da rede pública de ensino nos diferentes níveis e, de forma particular, no tocante à expansão de vagas no ensino superior público.

2.1. O impacto da política de cotas no acesso ao ensino público

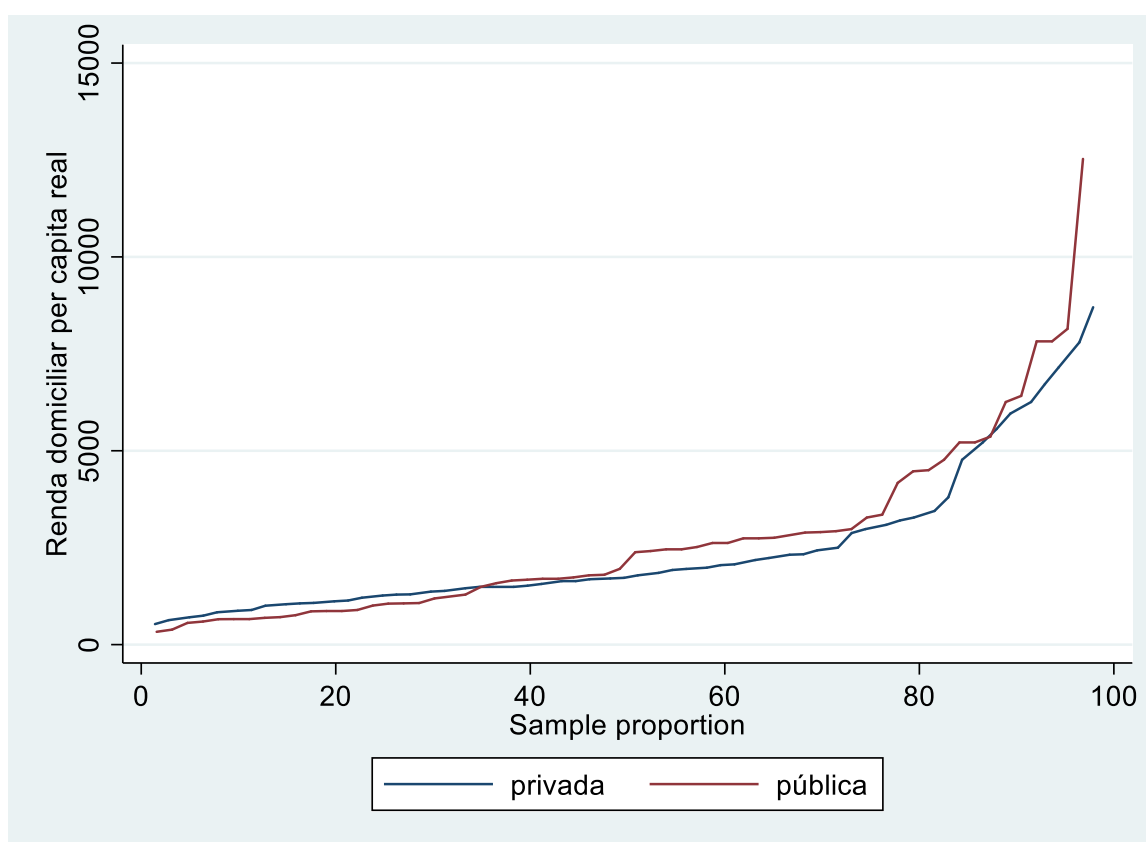
Para verificar o impacto da política de cotas, considerou-se a posição da renda dos domicílios sergipanos na fase inicial do REUNI, isto é, em 2009. A primeira constatação é que a renda média dos domicílios com alunos universitários mantém-se superior àquela dos domicílios que não possuem universitários, estimadas em R\$ 2.779,00 e R\$ 1.588,00, respectivamente. No gráfico 3, observe que a vantagem dos domicílios com universitários é maior em todos os décimos de renda. Assim, pode-se afirmar que tanto em 2009 quanto em 2018 a renda dos domicílios que possuem estudantes no nível superior é maior comparativamente àqueles que não possuem. Ou seja, pode-se inferir que quanto menor é a renda do domicílio, menor é a possibilidade de haver alunos frequentando o ensino superior, seja público ou privado (mesmo existindo algum tipo de financiamento público).

Gráfico 3 – Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2009



A segunda constatação indica um forte indício de que tanto o Reuni quanto a política de cotas favoreceram o ingresso de alunos de menor renda. Note-se que em 2009, portanto antes da implementação das cotas pela UFS, a renda média real dos domicílios cujos alunos estavam no ensino público era maior que a estimada para os domicílios cujos alunos estavam na rede privada, isto é, R\$ 3.952,00 e R\$ 2.660,00, respectivamente. Note-se também no gráfico 4 que a renda dos domicílios que possuem alunos no ensino público domina em primeira ordem os do setor privado a partir do quarto décimo de renda.

Gráfico 4 – Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2009 (INPC dez/2018=100)



As evidências empíricas expressas na tabela 1 indicam que em Sergipe o argumento de que o ensino superior público era ocupado pelas famílias de maior renda prevaleceu até antes da política de cotas em 2010. Note-se que mesmo havendo redução de R\$ 2.660,00 para R\$ 2.263,00, a renda dos domicílios com alunos no ensino superior privado passou, em 2018, a ser maior que a dos domicílios com alunos no ensino público, cuja queda da renda foi mais intensa, R\$ 3.598,00 para R\$ 1.950,00. Destaque-se, portanto, não apenas a magnitude da redução da renda destes domicílios, como também o fato de passar a ser menor que a dos domicílios com alunos no ensino privado. Tem-

se, assim, um forte indício de que, a partir de 2010, as famílias de menor renda ampliaram sua participação no ensino superior público.

Tabela 1 - Renda domiciliar per capita segundo acesso ao ensino superior e categoria do ensino - Sergipe, 2009 e 2018		
Categoria	Renda domiciliar per capita	
	2009*	2018
Domicílios sem aluno no ensino superior	1.588,00	1.128,00
Domicílios com aluno no ensino superior	2.779,00	2.032,00
Domicílios com aluno no ensino público	3.958,00	1.950,00
Domicílios com aluno no ensino privado	2.660,00	2.263,00
Fonte: PNAD 2009 e PNADC 2018		
*INPC dez/2018=100		

3 Política de cotas, renda domiciliar e desempenho acadêmico

Será que o aumento da presença de alunos de menor renda não ensejou também que ingressassem alunos de menor bagagem intelectual, impactando negativamente no desempenho geral da UFS? Não haveria então um caso de *mismatch*, cuja hipótese diz respeito a possíveis efeitos negativos na formação educacional quando pessoas são alocadas em ambientes em que o nível de conhecimento seja incompatível⁴ (SANDER, 2004)

Em termos gerais, a resposta pode ser dada a partir de dois indicadores oficiais. O primeiro deles é o Índice Geral de Cursos (IGC), que nega categoricamente o argumento de redução de desempenho geral. Ao contrário. Em 2012 a UFS passou a ter nota 4 (na escala até 5) e desde então varia positivamente na categoria. O segundo indicador é taxa de sucesso, que após alcançar o mais baixo desempenho em 2010, com 28%, apresentou melhorias rapidamente até alcançar 42% em 2018. Assim, com base nestes dois indicadores, é possível afirmar, de modo não categórico, que o ingresso de alunos de menor renda não tenha nenhum efeito de *mismatch*⁵.

Por enquanto, a análise se concentra nas condições socioeconômica dos alunos da UFS, tendo como base os dados publicados no Radar nº 2 de 2018⁶, cujos indicadores apresentados não confirmavam diferenças importantes entre os desempenhos acadêmicos de cotistas e não cotistas.

⁴Cavalcanti (2015) utiliza essa técnica para avaliar o efeito *mismatch* na graduação da UFBA.

⁵ A possível existência de *mismatch* será objeto de outra edição do Radar ainda em 2019.

⁶ Veja em http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/4540/Radar__n2_jun18.pdf

3.1 Condição socioeconômica: o que a renda dos alunos revela?

A condição socioeconômica dos alunos é um dos principais fatores relacionados com o desempenho escolar. Estudos como os de Teachman (1987) e Brooks-Gunn e Duncan (1997) mostram que as carências da estrutura familiar (nível educacional dos pais e condições materiais da família) e a permanência por longos períodos em situação de pobreza influenciam negativamente no desempenho escolar⁷. Apesar disto, esses componentes são usualmente ignorados quando se analisa o desempenho acadêmico.

Com o objetivo de avançar na compreensão sobre as várias dimensões correlativas ao desempenho acadêmico, e admitindo a renda como variável próxima das condições de vida dos estudantes da UFS, serão apresentados a seguir alguns resultados importantes. Os dados aqui utilizados são do cadastro acadêmico, sendo que a atualização da variável renda por parte dos alunos foi coordenada pela COPAC e tem como período de referência a semana de 29 de julho e 2 de agosto de 2019.

Para compor o universo de análise foram aplicados dois filtros. O primeiro deles seleciona os alunos da graduação presencial, com status ativo ou formando (portanto exclui os trancados, graduandos e formados) em 5 de agosto de 2019.

Análises preliminares indicaram que a variável renda do cadastro acadêmico, quando comparada com os dados da PNAD 2018, apresentava alguns problemas. A desatualização era o primeiro deles, uma vez que foi informada no ato da matrícula institucional e não houve qualquer iniciativa de atualização desde então. A segunda fragilidade foi a não informação (missing) ou informação de renda zero. Tomando-se variável similar da PNAD 2018, não se verificou em Sergipe a existência de alunos no ensino superior cuja renda domiciliar denotasse pobreza extrema ou altíssima renda. Assim, foram desconsiderados nas análises a seguir os alunos com renda não informada, inferior a R\$ 250,00 ou ainda superiores a R\$ 30.000,00.

Os filtros acima aplicados à renda domiciliar per capita implicam na redução do universo de análise, passando de 23.960 para 12.579 alunos (52,5%). Os dados da tabela 2 ainda informam a fração de cada unidade que será analisada. Excetuando-se os campi do Sertão e de Itabaiana, as demais mantiveram sempre mais de 50% das observações.

⁷ A definição de pobreza não é consensuada e organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas ou mesmo países podem utilizar abordagens distintas. Evidente que foge aos objetivos deste texto discuti-las, mas a renda das famílias ou domicílios é uma das componentes da pobreza (ou riqueza) cujo uso se mostra relevante para representar o grau de privações objetivas que determinada unidade (pessoa, família ou domicílio) pode enfrentar. Esta será a variável chave para estabelecer o perfil do aluno da UFS. A esse respeito ver SEN (2000)

Tabela 2 - Definição do universo de análise segundo centro a partir da variável renda domiciliar per capita - UFS								
CENTRO	Alunos ativos ou formando em 2018 com ingresso a partir de 2010 (Universo)	Variável renda				Com informação	Alunos com renda domiciliar per capita entre R\$ 250,00 e R\$ 30.000,00	% do universo
		Sem resposta	Renda zero	Sem informação ou renda zero	% sem informação			
CAMPUSITA	1.834	198	224	422	23,0	1.412	902	49,2
CAMPUSLAG	1.757	344	139	483	27,5	1.274	985	56,1
CAMPUSLAR	765	113	87	200	26,1	565	417	54,5
CAMPUSSE	726	91	19	110	15,2	616	294	40,5
CCAA	1.319	239	189	428	32,4	891	706	53,5
CCBS	3.151	495	472	967	30,7	2.184	1.818	57,7
CCET	6.095	1.251	1.008	2.259	37,1	3.836	3.152	51,7
CCSA	3.235	617	563	1.180	36,5	2.055	1.697	52,5
CECH	5.078	899	810	1.709	33,7	3.369	2.608	51,4
Total	23.960	4.247	3.511	7.758	32,4	16.202	12.579	52,5

Fonte: COPAC, 2019

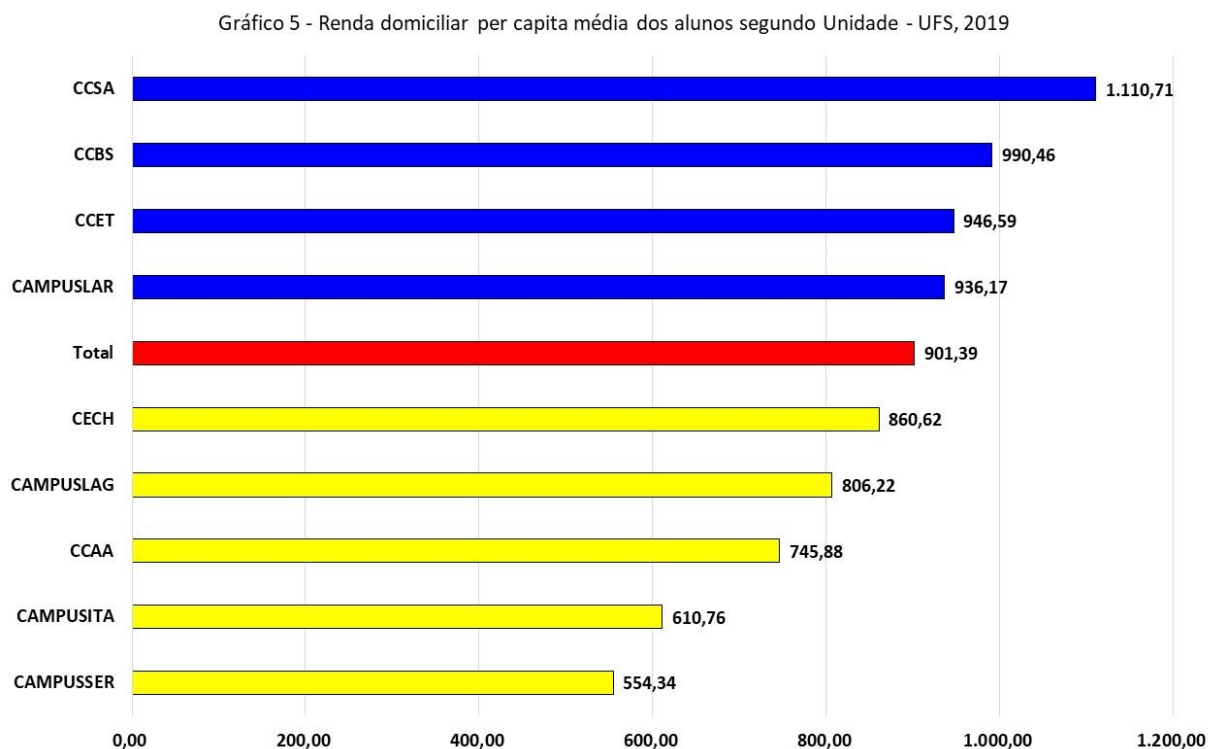
Os estudos sobre desigualdade de renda podem ser realizados sob três aspectos: crescimento no tempo (variação), a média (nível) e a desigualdade (distribuição). Com base nos dados disponíveis, é possível analisar dois desses fatores, o nível e a distribuição.

A primeira análise é aquela que classifica as unidades de acordo com o nível de renda, ou seja, a renda domiciliar per capita média. Isto permite, de fato, avaliar comparativamente o nível de renda de cada uma dessas unidades, mas interessa aqui chamar atenção para a amplitude da variação.

Observe no gráfico 1 que a renda média das unidades varia entre R\$ 554,34, no Campus do Sertão, e R\$ 1.110,71 no Cento de Ciências Sociais Aplicadas, sendo a média da UFS estimada em R\$ 901,39. Para além desta constatação que chama atenção pela amplitude de 100%, está evidência de que o processo de interiorização da UFS ocorreu de forma inclusiva. Isto porque, exceto o Campus de Laranjeiras, todos os demais criados com a expansão universitária apresentam renda domiciliar per capita inferior à média total.

A renda média dos municípios do interior é, de fato, menor que a da região de influência de Aracaju. No entanto, se o argumento de que a UFS é frequentada pelos alunos de renda elevada fosse verdadeiro, seria de esperar que a renda média dos campi do interior ao menos se aproximasse da média geral UFS. Ao contrário, a média dos campi do Sertão e de Itabaiana e de Lagarto equivalem a 61%, 67% e 89% da média da UFS.

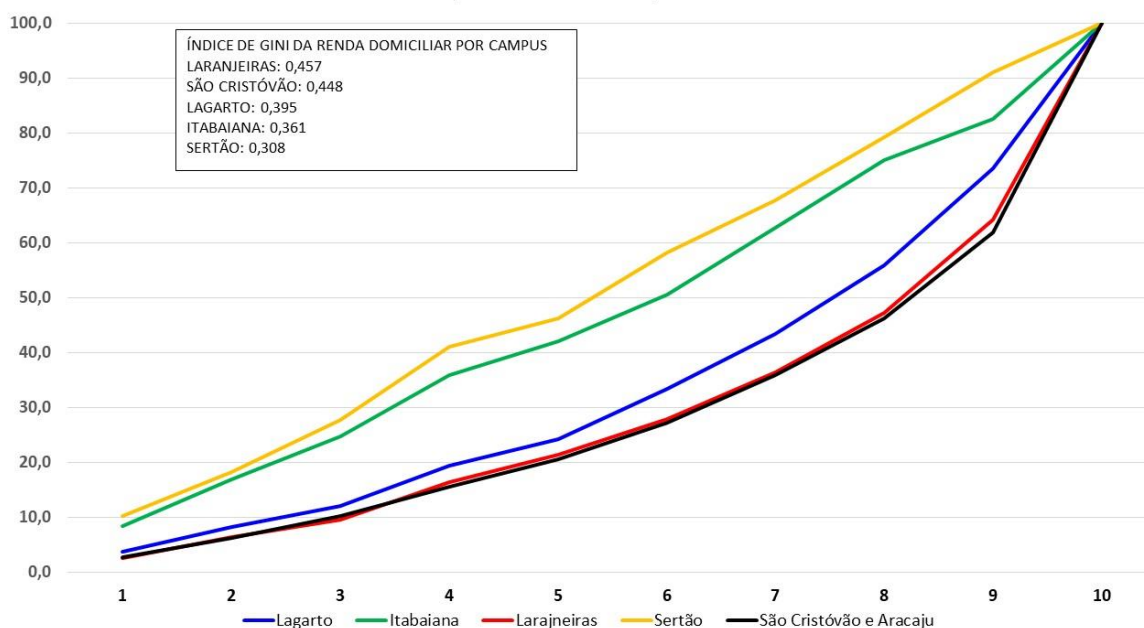
O caso do Campus de Laranjeiras, que se trata de uma unidade que também foi instalada com a interiorização/expansão, decorre de parte substantiva dos alunos residirem em Aracaju, onde a renda média é maior que no interior.



significa que os alunos dessas unidades possuem condições de vida relativamente mais homogêneas, portanto, não é possível identificar diferenças sociais – ou de renda – importantes.

Os campi de Laranjeiras, São Cristóvão e Lagarto são os que apresentam maiores níveis de desigualdade de renda, com Índices de Gini estimados em 0,457, 0,448 e 0,395, respectivamente. O grau de desigualdade pode ser, por sua vez, indício de que nessas unidades convivem alunos das mais variadas classes sociais, reafirmando que o processo de expansão teve um caráter inclusivo.

Gráfico 6 - Distribuição quantílica da renda domiciliar per capita média dos alunos por unidade - UFS, 2019



É possível afirmar, portanto, que o processo de expansão, notadamente interiorização e políticas de cotas, não se fizeram às expensas da qualidade acadêmica? O processo típico busca responder com

4. Desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas: atualizando os dados

Os dados da tabela 3 apresentam a média de curso (MC) e na tabela 4 estão o índice de eficiência no período letivo e na carga horária. Tais resultados parecem confirmar os achados anteriores,⁸ indicando não haver diferenças de desempenho entre os alunos que ingressaram pela ampla concorrência e cotistas. Há caso como nos campi do Sertão e Itabaiana cujo desempenho dos cotistas é, inclusive, superior ao dos não cotistas.

Há também os centros com rendas médias superiores à média da UFS, mas em menor magnitude. A renda média do CCSA supera a média total em 18%, o CCBS, em 10% e o CCET em 4%. Isto mostra, de um lado, que a UFS reflete internamente a desigualdade social sergipana, e que determinados cursos continuam sendo disputados por alunos de melhor condição socioeconômica. Contudo, a magnitude dessa diferença sugere a participação crescente da população de menor renda; ou seja, que mesmo nestes cursos a presença de alunos de menor nível de renda é um fato inconteste.

⁸ No Radar nº 2 de 2018 foram apresentados resultados que mostram não haver diferenças de desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas, nem entre os alunos egressos de escolas públicas ou privadas. Acesse o documento em <http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/4540/Radar__n2_jun18.pdf>

Tabela 3 - Média de curso dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo cota de ingresso na UFS, 2019 (Posição em julho de 2019)

2015											
UNIDADE	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD	
	Ampla concorrência	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Portadores de deficiência	
CAMPUSAU	7,5	7,1	7,6	6,2	7	-	-	-	-	7,1	
CAMPUSITA	6,3	6,7	7,5	6,5	6,9	-	-	-	-	8,3	
CAMPUSLAG	7,5	7	6,3	6,7	7,5	-	-	-	-	6,3	
CAMPUSLAR	6,5	6,7	5,2	7	8,1	-	-	-	-		
CAMPUSSE	6,8	-	-	-	-	6,6	6,7	7,1	7,1	5,6	
CCAA	6	5,7	5,7	6	5,2	-	-	-	-	0,9	
CCBS	6,1	6,1	6,8	5,8	6,7	-	-	-	-	6,4	
CCET	5,7	5,2	5,6	5,8	5,1	-	-	-	-	4,2	
CCSA	7	7	6,2	6,7	6,6	-	-	-	-	7	
CECH	6,9	6,8	7	6,9	6,6	7,7	7,2	8	7,5	6,3	
Total	6,5	6,4	6,6	6,4	6,3	6,8	6,8	7,4	7,3	5,8	
2016											
UNIDADE	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD	
	Ampla concorrência	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Portadores de deficiência	
CAMPUSAU	7,8	7,3	7,3	6,9	7	-	-	-	-	6	
CAMPUSITA	6	6,5	6,4	6,6	6,7	-	-	-	-	5,3	
CAMPUSLAG	7,8	7,6	7	7,2	7,2	-	-	-	-	6,3	
CAMPUSLAR	7,4	7,1	6,5	6,7	6,1	-	-	-	-		
CAMPUSSE	6,1	6,3	6,2	6,4	6,9	-	-	-	-	4,4	
CCAA	5,8	5,1	5,2	5,8	5	-	-	-	-	3,5	
CCBS	6,7	5,6	7,5	5,5	6,1	-	-	-	-	3,9	
CCET	5,2	4,9	4,7	4,5	4,9	-	-	-	-	2,5	
CCSA	6,6	6,4	6	6,7	6	-	-	-	-	6,1	
CECH	6,9	6,9	6,8	6,8	7,1	7,8	6,6	8	6,7	6,1	
Total	6,4	6,3	6,3	6,2	6,2	7,8	6,6	8	6,7	5	
2017											
UNIDADE	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD	
	Ampla concorrência	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Portadores de deficiência	
CAMPUSAU	7,6	7,6	8	7,2	7	-	-	-	-	6,6	
CAMPUSITA	5,8	6,3	6,2	6,4	6,1	-	-	-	-	7,2	
CAMPUSLAG	7,5	7,2	7,2	7,4	7,4	-	-	-	-	5	
CAMPUSLAR	6,9	7,3	7,3	6,3	6,7	-	-	-	-		
CAMPUSSE	5,2	-	-	-	-	-	-	-	-		
CCAA	5,3	5,1	6,1	4,9	4,8	-	-	-	-	1,2	
CCBS	6,6	6	6	6,2	5,6	-	-	-	-	6,2	
CCET	5	4,2	4,7	4,5	4,4	-	-	-	-	2,9	
CCSA	6,4	6,5	6,4	6,1	6,9	-	-	-	-	6,6	
CECH	7	7	6,5	6,7	6,7	9,1	8,9	8,7	5	6,2	
Total	6,2	6,1	6,2	6	6,1	9,1	8,9	8,7	5	5,3	
2018											
UNIDADE	AC	E1	E2	F1	F2	G1	G2	H1	H2	PD	
	Ampla concorrência	Demanda E1 (Pessoa com Deficiência, NÃO PPI, renda > 1,5) – Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos com Deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;	Portadores de deficiência
CAMPUSAU	7,3	7,7	5,9	6,6	6,1	7	7,1	7,2	7,4	4,1	
CAMPUSITA	5,1	0,8	5,2	0	5,2	-	5,6	8,8	5,4	5,8	
CAMPUSLAG	7,3	7,5	6,7	7,8	7,2	8,8	7,1	4,4	7,5	8,2	
CAMPUSLAR	6,6	-	5,9	-	6,9	-	7	5	6		
CAMPUSSE	4,7	-	3,6	-	4,4	-	4,7	-	4,9		
CCAA	4,7	3,5	5	5,7	5	6,1	4,5	5	5,4		
CCBS	6	3,6	5,6	6,3	4,9	-	5	5,8	5,9	1,7	
CCET	4,5	2,8	4,4	3,7	4,2	0	4,1	2,5	4,2	6,1	
CCSA	6,4	4,3	5,9	6,7	6	7,6	5,5	5	6,2	5,8	
CECH	6,7	5,5	7,1	5,9	6,7	7,4	7	7,7	6,8	4,7	
Total	5,8	4,7	5,6	5,7	5,6	5,9	5,5	4,9	5,8	5,3	

Fonte: COPAC, 2019

4.1 A escola de origem interfere no rendimento acadêmico?

Os resultados sobre o desempenho acadêmico dos alunos segundo escola de egresso também não permitem identificar diferenças. Observe que no geral, a diferença entre os egressos da escola estadual ou municipal e da escola privada é de apenas 0,2 ponto, ou seja, 6,3 e 6,5 pontos, respectivamente. Quando se consideram os campi ou centros, note que os egressos das escolas federais apresentam desempenho superior aos das escolas privadas em quase todas as unidades, exceto no CCSA e CECH.

Tabela 5 - Média de curso, índice de eficiência na carga horária e no período letivo dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo dependência administrativa da escola de egresso, 2019 (Posição em julho de 2019)

Unidade/média de curso/alunos		Dependência administrativa da escola de		
		Privada	Pública	
			Estadual ou municipal	Federal
CAMPUSAJU	MC	7,5	6,7	7,8
	IECH	0,9	0,8	1,0
	IEPL	0,8	0,7	0,7
CAMPUSLAG	MC	7,5	6,9	6,4
	IECH	0,9	0,9	0,8
	IEPL	0,8	0,8	0,7
CAMPUSLAR	MC	7,1	6,1	-
	IECH	0,8	0,7	-
	IEPL	0,8	0,6	-
CAMPUSSER	MC	6,6	6,8	7,3
	IECH	0,9	0,9	1,0
	IEPL	1,0	1,0	1,1
CCAA	MC	5,9	5,4	0,2
	IECH	0,8	0,7	0,3
	IEPL	0,7	0,7	0,3
CCBS	MC	6,0	6,2	-
	IECH	0,7	0,7	-
	IEPL	0,7	0,7	-
CCET	MC	5,5	5,1	6,1
	IECH	0,7	0,6	0,8
	IEPL	0,7	0,6	0,8
CCSA	MC	7,2	6,7	5,9
	IECH	0,9	0,8	0,7
	IEPL	0,8	0,7	0,8
CECH	MC	6,9	6,8	6,1
	IECH	0,8	0,8	0,7
	IEPL	0,7	0,7	0,6
Total	MC	6,5	6,3	5,9
	IECH	0,8	0,8	0,7
	IEPL	0,7	0,7	0,7

Fonte: COPAC, 2019

Os resultados acima confirmam o que o processo de expansão da UFS e a política de cotas representam a inclusão ao ensino superior a parcelas mais pobres da população. Porém, é preciso investigar os fatores relacionados com a distância de rendimento acadêmico entre cursos. Talvez seja mais relevante, e certamente exigirá mais esforço buscar entender por que a média de curso (MC) da área da saúde, bacharelados em engenharias e ciências jurídicas superam em muito a média das licenciaturas.

A diferença acima aponta que muita atenção tem sido dada a avaliação de resultados (ex-post), sem que o mínimo de atenção houvesse dado à avaliação de oportunidades (ex-ante). Sendo partes de uma mesma estrutura analítica, avaliar resultados sem conhecer a desigualdade de oportunidades significa incorrer no mais elementar viés metodológico. Seria, nos termos de Atkinson (2015), ignorar que nem todos os alunos têm iguais condições de realizar o mesmo desempenho, ou seja, que as circunstâncias (condição de vida, classe social, educação dos pais) influenciam no resultado final.

Uma forma menos apriorística de investigar o desempenho acadêmico é submeter os indicadores de desempenho da UFS à classificação de outra base de dados. Trata-se de uma base externa, qual seja, o Cadastro Único. Objetiva-se com esse procedimento estimar o desempenho dos alunos UFS que pertencem a famílias do Cadastro Único (CadUn), do Governo Federal, e comparar com o desempenho dos alunos não Cadastro Único.

5. Análise do desempenho tomando por base o Cadastro Único (CadUn)

O Cadastro Único é um dos principais instrumentos de apoio à promoção de políticas públicas voltadas às pessoas de baixa renda (famílias cuja renda per capita seja até meio salário mínimo ou com renda total até três salários mínimos). Desde 2003, o CadUn mantém um amplo cadastro de famílias eletivas para concessão de benefícios sociais como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida.

Os dados do CadUn utilizados no presente documento tem base temporal em 30 de agosto de 2019 e foram cedidos pela Secretaria de Estado da Inclusão Social e do Trabalho (SEIT), mediante convênio de cooperação técnica institucional.

O procedimento de identificação dos alunos UFS constantes do Cadastro Único utilizou como chave o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Nestas análises foram considerados os alunos ingressantes a partir de 2000, cujo status UFS seja ativo, formando (com 80% ou mais de créditos cursados) ou trancado (trancamento do semestre).

A subpopulação obtida com esses filtros soma 25.277 alunos, dos quais 7.087 (28%) constam do cadastro único, indicando pertencer a famílias de baixa renda e sendo eletivas para programas sociais.

A tabela 6 apresenta a distribuição desses alunos, segundo centro, pertencimento ao CadUn e status na UFS. Note-se que, em termos relativos, o trancamento é de 2,7%, portanto, menos frequente entre os alunos CadUn, enquanto entre os demais é de 4%. Dado que é similar a proporção de alunos formando em ambas as condições, a proporção de alunos com status ativo é maior entre os CadUn (94,1%) enquanto entre os alunos UFS é de 92,7%.

Tabela 6 - Alunos da graduação presencial por Centro, status, segundo situação no Cadastro Único, UFS 2019

CENTRO	Aluno não cadastro único				Aluno cadastro único			
	Ativo	Formando	Trancado	Total	Ativo	Formando	Trancado	Total
CAMPUSITA	1.055	66	32	1.153	716	45	21	782
CAMPUSLAG	1.146	25	32	1.203	575	11	16	602
CAMPUSLAR	521	20	23	564	226	5	7	238
CAMPUSSER	310	24	2	336	371	21	1	393
CCAA	944	42	44	1.030	340	10	9	359
CCBS	2.357	96	88	2.541	698	19	21	738
CCET	4.616	128	220	4.964	1.459	37	46	1.542
CCSA	2.439	83	117	2.639	757	22	24	803
CECH	3.471	111	178	3.760	1.525	59	46	1.630
Total	16.859	595	736	18.190	6.667	229	191	7.087
CENTRO	Aluno não cadastro único (%)				Aluno cadastro único (%)			
	Ativo	Formando	Trancado	Total	Ativo	Formando	Trancado	Total
CAMPUSITA	91,5	5,7	2,8	100,0	91,6	5,8	2,7	100,0
CAMPUSLAG	95,3	2,1	2,7	100,0	95,5	1,8	2,7	100,0
CAMPUSLAR	92,4	3,5	4,1	100,0	95,0	2,1	2,9	100,0
CAMPUSSER	92,3	7,1	0,6	100,0	94,4	5,3	0,3	100,0
CCAA	91,7	4,1	4,3	100,0	94,7	2,8	2,5	100,0
CCBS	92,8	3,8	3,5	100,0	94,6	2,6	2,8	100,0
CCET	93,0	2,6	4,4	100,0	94,6	2,4	3,0	100,0
CCSA	92,4	3,1	4,4	100,0	94,3	2,7	3,0	100,0
CECH	92,3	3,0	4,7	100,0	93,6	3,6	2,8	100,0
Total	92,7	3,3	4,0	100,0	94,1	3,2	2,7	100,0

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019

Constata-se acima que os alunos do CadUn apresentam menor índice de trancamento quando comparados aos alunos que não estão no cadastro. Isto decorre, em parte, da correlação entre pertencer ao CadUn e receber algum auxílio institucional da UFS, que preconiza a condição de ativo para efetivar o recebimento. Assim, observe na tabela 7 que não existe situação de trancamento entre os alunos que recebem bolsa UFS, estejam ou não no CadUn (parte inferior da tabela).

Comparando desta vez os alunos segundo a condição de pertencimento ao CadUn, mas sem bolsa UFS, observa-se que entre os alunos CadUn a proporção de trancamentos é de 3,7% (190 trancados entre 5.171 alunos), enquanto que entre os não CadUn a proporção é de 4,5% (736 trancados entre 16.512 alunos), o que tende a reforçar o argumento de que os alunos CadUn sejam mais resistentes ao trancamento, o que os torna mais persistente às possíveis dificuldades relacionadas à vida acadêmica.

Tabela 7 - Alunos da graduação presencial por Centro, status, segundo situação no Cadastro Único e Bolsa UFS, UFS 2019

Centro	Aluno não CadUn e sem bolsa UFS				Aluno CadUN e sem bolsa UFS			
	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total
CAMPUSITA	890	56	32	978	467	25	21	513
CAMPUSLAG	939	19	32	990	337	7	16	360
CAMPUSLAR	423	16	23	462	130	4	6	140
CAMPUSSER	217	13	2	232	163	3	1	167
CCAA	825	33	44	902	251	5	9	265
CCBS	2.066	87	88	2.241	456	9	21	486
CCET	4.318	117	220	4.655	1.184	21	46	1.251
CCSA	2.347	82	117	2.546	639	16	24	679
CECH	3.225	103	178	3.506	1.216	48	46	1.310
Total	15.250	526	736	16.512	4.843	138	190	5.171
Centro	Aluno não CadUn e com bolsa UFS				Aluno CadUN e com bolsa UFS			
	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total
CAMPUSITA	165	10	-	175	249	20	-	269
CAMPUSLAG	207	6	-	213	238	4	-	242
CAMPUSLAR	98	4	-	102	96	1	-	98
CAMPUSSER	93	11	-	104	208	18	-	226
CCAA	119	9	-	128	89	5	-	94
CCBS	291	9	-	300	242	10	-	252
CCET	298	11	-	309	275	16	-	291
CCSA	92	1	-	93	118	6	-	124
CECH	246	8	-	254	309	11	-	320
Total	1.609	69	-	1.678	1.824	91	-	1.916

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019

Interessa também examinar o desempenho acadêmico dos alunos CadUn, para tanto, são avaliadas a média de curso (MC) e índice de eficiência na carga horária IECH) comparativamente aos demais alunos. O procedimento será o mesmo adotado no tópico anterior, mas considera os ingressantes a partir de 2010 com status ativo em agosto de 2019, conforme tabela 8.

Tabela 8 - Média de curso (MC) e índice de eficiência de carga horária (IECH) dos alunos da graduação presencial por Centro, segundo situação no Cadastro Único, UFS 2019

CENTRO	Discriminação	Ano de ingresso																	
		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
		CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn
CAMPUSAUJ	MC	4,7	5,5	5,0	5,1	5,8	5,8	5,5	6,7	7,2	7,3	7,4	7,0	7,4	7,5	7,2	7,5	7,1	6,9
	IECH	0,4	0,5	0,6	0,5	0,7	0,6	0,6	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
	Alunos	4	11	6	13	7	25	14	53	14	127	33	177	51	201	44	207	48	248
CAMPUSITA	MC	5,2	4,6	4,8	5,1	5,4	5,5	5,7	5,6	6,3	5,9	6,6	6,3	6,2	6,1	6,2	6,0	5,3	5,0
	IECH	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	7	21	7	32	15	43	44	62	48	80	89	163	115	175	161	195	213	248
CAMPUSLAG	MC	-	-	5,4	5,1	5,3	5,1	5,8	5,6	5,9	6,6	6,9	7,2	7,2	7,5	7,2	7,5	6,9	7,3
	IECH	-	-	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
	Alunos	-	-	1	4	6	9	9	20	19	62	62	135	130	152	125	202	107	261
CAMPUSLAR	MC	5,5	5,5	6,2	5,6	5,9	6,1	6,0	6,5	6,8	6,9	6,1	6,5	6,7	6,7	6,5	6,6	6,3	6,6
	IECH	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	1	9	5	17	10	18	19	29	29	31	22	69	38	68	36	70	39	86
CAMPUSSE	MC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	IECH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alunos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCAA	MC	5,3	4,8	5,1	4,1	4,3	4,4	4,8	4,6	5,5	5,7	5,6	5,5	5,5	5,4	5,2	5,1	5,1	4,9
	IECH	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6
	Alunos	4	25	10	31	17	34	18	53	20	60	34	105	34	114	54	142	69	160
CCBS	MC	4,5	4,7	4,9	4,1	5,1	4,5	5,4	5,5	4,9	4,7	6,0	5,9	5,8	5,7	5,9	6,3	5,4	5,6
	IECH	0,4	0,5	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	6	35	10	31	15	49	17	46	62	116	32	126	69	182	76	190	96	243
CCET	MC	3,8	4,0	4,5	4,0	3,9	4,4	4,5	4,6	4,4	4,8	5,3	5,1	4,9	4,7	4,4	4,7	4,1	4,3
	IECH	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6
	Alunos	24	109	39	152	39	199	58	260	82	300	140	440	167	551	247	669	332	929
CCSA	MC	4,6	4,5	4,9	4,8	5,3	5,5	5,9	5,6	6,2	5,6	7,1	6,8	6,2	5,8	6,7	6,3	6,4	6,0
	IECH	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	13	83	24	79	26	119	34	136	34	207	57	285	105	392	126	362	152	457
CECH	MC	4,7	4,5	4,8	4,6	5,0	5,4	6,3	5,9	5,1	5,3	7,1	6,5	6,2	6,1	6,9	6,8	6,9	6,5
	IECH	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	44	124	65	135	36	104	50	161	211	488	129	359	316	761	288	546	388	660
Total	MC	4,5	4,4	4,8	4,5	4,9	5,0	5,5	5,4	5,3	5,5	6,4	6,2	6,1	5,9	6,1	6,1	5,7	5,6
	IECH	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	103	417	167	494	171	600	263	820	500	1.471	633	1.882	1.085	2.648	1.228	2.642	1.553	3.376

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019

Os resultados da tabela 8, tal como os indicadores de desempenho quanto cotas e escola de egresso, não apontam diferenças substantivas entre os alunos pertencentes ao CadUn e demais alunos, seja na média de curso ou na eficiência de carga horária. Em alguns casos, os alunos CadUn apresentam desempenho melhor que os demais (alunos do CCSA e do Campus de Itabaiana, em 2017, por exemplo). Desta forma, não há evidências empíricas de que os alunos de origem de famílias de menor rendimento tenham desempenho inferior aos demais alunos UFS.

6. Considerações finais

O presente relatório cumpre a função principal de apresentar evidências empíricas acerca do grau de inclusão social que representou o processo de expansão e interiorização da UFS. Os dados aqui apresentados revelam que a partir de 2010 a presença de alunos oriundos de famílias de menor rendimento foi ampliada pela política de cotas, passando a caracterizar um processo inclusivo com a manutenção dos padrões de qualidade acadêmica, e que são conquistas da sociedade sergipana.

Apresentou também evidências empíricas, dadas as opções metodológicas brevemente citadas, de não haver, em termos absolutos, diferenças entre esses alunos cotistas e não cotistas, sendo de destacar casos em que cotistas egressos da rede pública que apresentam melhor desempenho. Reforçam-se os resultados do Radar nº 2 de 2018, ao mostrar que os cotistas não apresentam desempenho inferior aos não cotistas.

O presente estudo mostra também que o aumento da presença da UFS contribui para reduzir a desigualdade educacional sergipana, na medida em que o acesso ao ensino superior passa a ser possível para alunos oriundos de famílias de menor rendimento, como mostram os dados da PNAD e do Cadastro Único (CadUn).

Os resultados aqui apresentados servem como incentivo àqueles que diariamente dedicam-se a formação de jovens, posto que a educação constitui a única forma para emancipação da cidadania e redução das desigualdades sociais.

Bibliografia

ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito. São Paulo: LeYa, 2015.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento. Análise dos diferenciais de desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo propensity score matching – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2015.
(Acessado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18125>)

SANDER, Richard H. A systemic analysis of affirmative action in american law schools. Stanford Law Review, v.57, n.367, p.57-367, nov.2004.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.